

**POSIÇÃO DO SINPEEM
SOBRE SUSPENSÃO DAS
ATIVIDADES ESCOLARES E
AUSÊNCIAS EM
DECORRÊNCIA DA GREVE
DOS CAMINHONEIROS**



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

Com o desenvolver da Greve dos caminhoneiros que afetou de forma generalizada também o abastecimento de combustíveis na cidade de São Paulo e demais cidades do País, passamos a tratar a questão sobre o funcionamento das escolas da rede municipal de ensino com o governo.

Como se sabe, muitas Unidades independentemente deste momento, têm funcionado com falta de professores e pessoal do quadro de apoio. O módulo de pessoal é incompatível com as suas necessidades e está incompleto.

A situação das escolas ficou ainda mais grave com as ausências provocadas pela impossibilidade dos profissionais de educação irem até os seus locais de trabalho por falta de transportes coletivos e de gasolina nos postos.

Então, na qualidade de representante dos profissionais de educação, o SINPEEM – que neste ano realizou a Greve contra o PL 621/16 tendo conquistado o pagamento dos dias parados com o compromisso com a população de reposição –, defendeu que o governo municipal, em conjunto com as demais autoridades, buscasse solução até o último momento antes de adotar medidas que implicassem em alteração do calendário escolar com acréscimo de mais outros dias de reposição.

Defendemos também, que nenhum prejuízo funcional, nos benefícios e salários, ocorra àqueles que não conseguiram chegar às suas Unidades.

SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES

DECISÃO GOVERNAMENTAL NECESSÁRIA

As negociações realizadas no domingo – 27/05 – entre governo Federal e, representantes dos caminhoneiros apontavam para o encerramento da Greve na segunda-feira – 28/05. No entanto, isto não ocorreu. E, apesar das medidas emergenciais anunciadas pela prefeitura, ficou evidente que as dificuldades para o abastecimento nos postos de gasolina tornariam ainda mais difícil os próximos dias para os profissionais de educação e toda a população.

Assim, certos de uma maior dificuldade para a chegada dos profissionais de educação em seus locais de trabalho, maior ausência dos alunos por falta de transporte escolar e o aumento da precariedade no funcionamento das escolas, o SINPEEM reivindicou que as aulas fossem suspensas.

O governo não suspendeu, justificando que as medidas adotadas dariam conta de oferecer transporte coletivo e abastecimento em vários postos de gasolina da cidade. Também, justificou com o fato da rede estadual de ensino não ter as aulas suspensas.

Não concordamos!

O funcionamento em condições precárias por falta de pessoal afeta centenas de CEIs, EMElS e EMEFs. Também afetaram as EMEBSs e EMEFMs e ainda criará maiores dificuldades para a reorganização do calendário de atividades anual da rede municipal de ensino.

NENHUM PREJUÍZO FUNCIONAL, NOS BENEFÍCIOS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Sem a decisão da SME, não suspendendo as aulas, o SINPEEM já reivindicou também que nenhum prejuízo aconteça para os profissionais de educação que não conseguiram chegar aos seus locais de trabalho. Estamos em tratativas com o Secretário de Educação. Reivindicamos que solução deva ser coletiva, dispensando o servidor de requisição de abono de faltas.

A Orientação Normativa existente sobre Faltas por Greve de Transporte ou Calamidade Pública, determina que sempre que ocorrer a ausência do trabalho em razão de greve nos transportes coletivos o servidor deverá solicitar abono à chefia imediata, nos termos do Decreto nº 24.146/87.

No entanto, não podemos considerar este Decreto para embasar a nossa reivindicação e nem tão pouco aceitar que o governo o utilize, repassando a responsabilidade da falta para o servidor, determinando que deva solicitar Abono da(s) falta(s).

O DECRETO em vigor dispõe sobre Greve dos transportes ou calamidade pública. Não houve Greve de Transporte Público de passageiros e nem declaração de calamidade pública.

A declaração de estado de emergência pela Prefeitura lhe confere prerrogativas para adoção, neste momento de medidas preventivas e intervenções para mitigar os efeitos da Greve dos caminhoneiros. Portanto, não aceitamos nenhum prejuízo aos profissionais de educação. Este é o posicionamento do SINPEEM, além da reivindicação de que deveria ter sido suspensa as aulas e pelo qual estamos lutando.

A direção.

CLAUDIO FONSECA

Presidente

